

Liberais contra a TV?

Orlando Tambosi

Nos anos 1970/80, era da esquerda - em especial a marxista - que procediam as críticas mais ferozes aos media, particularmente à televisão. Na esteira da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), alguns estudiosos e ideólogos denunciavam a “indústria cultural” como serviçal do capitalismo, não menos que a ciência e a técnica. Outros, seguindo Althusser, viam a televisão como mero “aparato ideológico do Estado”, que, tal como a escola, tinha por objetivo “inculcar” a ideologia dominante. E havia também os que, apegados ao conceito de “indústria da consciência”, elaborado por Hans Magnus Enzensberger, vislumbravam um caminho de mão dupla: os “meios de comunicação de massa” podiam, sim, ser utilizados em sentido “emancipatório”, isto é, numa perspectiva socialista – a bem da verdade, algo que os seguidores de Gramsci, por sua vez aferrados ao conceito de “hegemonia”, já tinham percebido bem antes do ensaísta e poeta alemão.

A partir dos anos 90, porém, ocorre um deslocamento ideológico da crítica. Curiosamente, agora são os liberais a tomar a televisão como alvo de tiro. Tudo começou com o filósofo Karl Popper, um dos maiores epistemólogos do século XX, abominado pelos marxistas por seu suposto “positivismo” e malvisto pelos conservadores por sua impaciência com as ideologias, as religiões e a metafísica. Defendendo a criação de “uma lei para a televisão” (cf. Televisão: um perigo para a democracia, Gradi-va, 1995), o teórico da “sociedade aberta” chegou a reivindicar uma maior presença dos organismos de Estado em relação à

Estudos em Jornalismo e Mídia,
Vol. I N° 1 - 1° Semestre de 2004

TV (logo ele, politicamente um liberal!).

Apesar de lhe terem atribuído a exigência de censura, o que Popper realmente queria era chamar a atenção para um ponto essencial: na democracia não há poder político sem algum controle. E a TV, dizia o filósofo, exerce um tremendo poder político, “potencialmente o mais importante de todos, como se tivesse substituído a voz de Deus”. Para Popper, esse meio “adquiriu um poder demasiado vasto” - e nenhuma democracia pode sobreviver a tal “onipotência”.

Não é insensato afirmar que todos os poderes políticos, numa democracia, devem ter alguma forma de controle público. O que se discute é quem exercerá esse controle para que se evitem excessos. No caso da TV, o Estado, embora sendo o poder concessor, certamente não é a melhor indicação, mesmo sob governos democráticos (nas ditaduras, pior ainda). A solução talvez seja a auto-regulamentação, isto é, atribuir essa responsabilidade às próprias empresas de comunicação e aos profissionais que nela trabalham, ou adotar a co-regulamentação, envolvendo, além dos empresários do setor, representantes de organizações não governamentais e outras entidades sociais etc. De qualquer modo, o importante é ter em conta que os excessos podem ser punidos a posteriori – medida, convenhamos, mais civilizada que censurar.

Morte do pensamento?

A crítica mais contundente à televisão veio da Itália, no

final dos anos 90, quando um respeitado político e sociólogo – também ele um liberal – lançou *Homo videns: televisão e pós-pensamento* (livro traduzido no Brasil pela Edusc, de Bauru, em 2001). Giovanni Sartori, o autor, lecionou ciência política e sociologia em diversas universidades, inclusive norte-americanas (Stanford, Yale, Harvard e Columbia), e atualmente é um dos dirigentes da Società Libera (www.societalibera.org), organização dedicada ao estudo e à difusão dos ideais liberais, além de colaborador do jornal *Corriere della Sera*, o principal jornal do país.

O ataque de Sartori à TV lembra algumas diatribes frankfurtianas contra a “indústria cultural”, embora não haja qualquer referência a Adorno ou Horkheimer na sua bibliografia (os autores elencados, aliás, são quase todos ingleses e norte-americanos). No geral, portanto, as idéias de Sartori não são novas. O que espanta é o extremismo de algumas afirmações. A televisão estaria simplesmente mudando a natureza do ser humano, que deixa de ser sapiens para se tornar – eis o título – *homo videns*, inaugurando a era do “pós-pensamento”. Incapaz de cultivar o pensamento abstrato, o homem se torna um “idiota”.

A tese essencial do livro – diz o próprio autor – é que, perdendo essa capacidade de abstração, o ser humano perde também a racionalidade, tornando-se “um animal simbólico que não está mais em condição de sustentar, e muito

O ataque de
Sartori à TV
lembra algumas
datribes
frankfurtianas
contra a
“indústria
cultural”,
embora não
haja qualquer
referência a
Adorno ou
Horkheimer na
sua bibliografia
(os autores
elencados, aliás,
são quase todos
ingleses e norte-
americanos)

menos de alimentar, o mundo construído pelo *homo sapiens*”. Sufocada a cultura escrita, ocupa seu lugar a “cultura audiovisual”, que Sartori denomina “incultura”, pois toma de assalto as “mentes débeis”, o público que ainda não aprendeu a pensar. Além disso, a primazia da imagem teria ainda outros efeitos deletérios, tais como conduzir à opinião teledirigida, à videopolítica, ao embrutecimento das massas, ao enfraquecimento da democracia e de suas instituições.

Sartori estabelece uma rígida separação entre o “mundo inteligível”, isto é, o mundo dos conceitos e das concepções mentais, e o “mundo sensível”, ou seja, o mundo percebido pelos sentidos. A questão, escreve ele, num raciocínio que chega a ser maniqueísta, é que “a televisão inverte o progredir do sensível para o inteligível, virando-o em um piscar de olhos para um retorno ao puro e simples ver. Na realidade, a televisão produz imagens e apaga os conceitos; mas desse modo atrofia a nossa capacidade de abstração e com ela toda a nossa capacidade de compreender”. Ela criou e está criando “um homem que não lê, que revela um alarmante entorpecimento mental, um ‘molóide criado pelo vídeo’, um viciado na vida dos videogames”.

Falsa oposição

Ora, a oposição entre sensível e inteligível é insustentável, como já havia notado o velho e bom Kant. Surpreende que, embora evocando o filósofo, Sartori omite o argumento fundamental deste, na *Crítica da razão pura*, de que o conhecimento é resultante precisamente da junção de intelecto e sentidos, e não da sua separação. A conclusão kantiana não poderia ser mais cristalina: sem sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado; sem intelecto, nenhum seria pensado. Nenhuma dessas faculdades ou capacidades, adverte Kant, deve ser preferida em detrimento da outra. Em poucas palavras, existe uma complementaridade entre intelecto e sensibilidade – faculdades distintas por natureza, mas não opostas -, já que ambos concorrem para a formação do conhecimento. Ao que parece, portanto, Sartori retorna a um idealismo pré-kantiano. Vislumbrará ele uma “idéia pura”, não “contaminada” pelos sentidos? A idéia, a que ele atribui tanto peso, é vazia, sem conteúdo, se deixada a si própria, quer dizer, sem contato com o mundo empírico, que percebemos através dos sentidos, particularmente da visão.

Mas não se negue que algumas inquietações do politólogo italiano dão o que pensar. Por certo, uma criança ou adolescente que, na maior parte de seu tempo, apenas consome imagens da TV, não se destacará pelo brilho do intelecto, considerando-se o que as redes oferecem a essa faixa etária (a começar pelo imbecilizante estilo MTV) e aos telespectadores em geral: programas de fofocas e baixarias, violência, misticismo etc. A experiência demonstra, de fato, que o jovem que lê e estuda mais – sem por isso abolir a televisão, o cinema ou o computador - tem maior chance de sucesso em seus objetivos na concorrência com os demais. É reconhecido que a leitura favorece, mais que outros meios, a capacidade de abstração e o domínio de conceitos. Persiste, porém, a dúvida em relação ao exemplo citado: a “culpa”

será da TV, ou a família e a escola é que fracassaram?

O caminho mais razoável parece ser – contrariamente à embaçada visão de Sartori - o do equilíbrio: nem só imagem, nem só escrita; nem só sensibilidade, nem só intelecto. A busca desse difícil equilíbrio, contudo, é tarefa que diz respeito mais à família e à escola do que à televisão (cujo aparelho receptor dispõe, afinal, de um botão para desligar). O sociólogo reconhece que é preciso reagir “mediante a escola e na escola”, mas recrimina a tendência de “encher as classes de televisores e word processors” (e aqui ele parece confundir monitor de computador com televisor). Sua sugestão? Simplesmente proibi-los - “deixando-os somente para o treinamento técnico, como se poderia fazer com um curso de datilografia”!

De resto, nada há de propositivo no opúsculo de Sartori, que enfatiza apenas os aspectos negativos da televisão, atitude semelhante, aliás, à adotada pelos teóricos críticos frankfurtianos em relação à “indústria cultural”. Trata-se, enfim, de um texto que não está à altura das demais obras do autor, que já produziu um estudo clássico como *Teoria da democracia* (a Editora Ática lançou, em 1994, dois volumes de *Teoria da democracia* revisitada). Lamentavelmente, *Homo videns* está mais para o conservadorismo rançoso que para o liberalismo civilizado.